

No prelo: "Índios e meio ambiente" - org.A.C.Magalhães
NUMA/UFPA

"JANE KARAKURI": O OURO DOS WAIÁPI
A experiência de um garimpo indígena

Dominique Tilkin Gallois (*)

Atualmente, praticamente todos os grupos indígenas da Amazônia mantêm algum envolvimento com a questão do garimpo. Mas as formas deste relacionamento são extremamente diferentes se compararmos a situação dos Tukano no Rio Negro, dos Kaiapó no Pará, dos Munduruku no Tapajós, os Nambiquara em Mato Grosso, dos Yanomami em Roraima, dos Wayana e Aparai no Parque Tumucumaque, dos Zo'é isolados no Cuminapanema, dos Waiápi no Amapá, ou de muitos outros.

Seria importante estabelecer parâmetros para estudar a situação atual desses povos, que encontraram no garimpo tanto problemas quanto alternativas para seu futuro. Não pretendemos, aqui, realizar tal balanço, que extrapola os objetivos da apresentação de uma experiência localizada.

O que se tentará é contribuir à comparação, a partir da descrição da experiência de garimpagem manual desenvolvida pelos Waiápi no Amapá, destacando-se aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, territoriais e ambientais que podem sugerir critérios para uma avaliação mais ampla da questão. Discuto, em particular, alguns elementos do binômio conservação ambiental / produção de recursos comercializáveis, que me parecem significativos para questionar a relação que diversos grupos indígenas mantêm com o garimpo.

No caso waiápi, a garimpagem surge como consequência das experiências acumuladas por este povo no seu confronto com invasores. Insere-se, portanto, nas suas atividades de controle territorial.

Foi no contexto do acompanhamento da regularização fundiária daquela Área Indígena e das iniciativas tomadas pelos Waiápi para manter a área livre de invasores, que solicitaram nosso apoio, enquanto assessores, para implantar um programa que lhes garantisse, a longo prazo, a exclusividade na exploração dos recursos de suas terras. Desde 1991, o Centro de Trabalho Indigenista (1) está desenvolvendo um programa de apoio à diversificação do extrativismo mineral e vegetal já desenvolvido por estes índios, que deverá, à médio prazo, ser sistematizado na forma de um plano de manejo autosustentado dos recursos daquela AI (vide box 2).

Antecedentes históricos e contexto regional

O impacto do garimpo predatório na AI Waiãpi

O envolvimento dos Waiãpi com o garimpo remonta ao início da década de 70, quando o contato com garimpeiros trouxe morte e destruição nas aldeias do sul da área (2). Os invasores chegaram antes da frente de atração da Funai que acompanhou a construção da rodovia Perimetral Norte, em 1973. Desde então, o confronto interétnico na região do Amapari continua dominado pela questão do ouro e o garimpeiro tornou-se uma figura central na ideologia e nas práticas de enfrentamento entre índios e brancos.

A AI Waiãpi possui reservas minerais com potencial para ouro, prata, tantalita, cassiterita e metais básicos capazes de interessar à grandes empresas de mineração. Até o momento, os principais interessados são pequenas mineradoras e garimpeiros, apoiados por políticos que defendem a vocação mineral do estado do Amapá. De acordo com o levantamento do DNPM (*Listagem Prosig/DNPM de 09/08/91,*) constata-se uma sensível diminuição dos requerimentos de pesquisa mineral incidentes na AI, em relação à situação em 1987, quando os requerimentos loteavam toda a extensão da AI. Mesmo assim, algumas empresas continuam solicitando lotes nos limites leste e sul da AI (3), o que representa um risco para a preservação ambiental do entorno da AI. Nesse mesmo período, cresceu o número de grupos garimpeiros interessados em explorar a área; têm apoio de parlamentares amapaenses e de sindicatos em nível nacional.

A situação atingiu hoje o limite uma vez que a sobrevivência da etnia Waiãpi está ameaçada pela existência de minério em suas terras. Após tentativas de acordos com alguns garimpeiros "fortes" da região, prontamente desrespeitados por estes, os Waiãpi partiram para o confronto, violento nos anos 80, mais pacífico e discursivo nos últimos anos, provocando um clima de tensão constante. A garantia da posse de fato de suas terras relaciona-se com a posse desses bens minerais, da transformação em riqueza daquilo que representa hoje um risco à sua sobrevivência enquanto etnia.

A partir de 1982/83, cansados de esperar providências dos órgãos responsáveis, os Waiãpi assumiram a expulsão dos garimpeiros e conseguiram controlar e, depois, eliminar os principais focos de invasão (ver Gallois 1983, 1984, 1991). Neste processo, aprenderam a trabalhar na extração manual de ouro, inicialmente junto aos próprios garimpeiros que, eventualmente, envolveram agentes da Funai. Passaram assim a se interessar por uma atividade que lhes trouxe os recursos necessários para adquirir bens que, antes, a Funai distribuía como "presentes" (pano, armas de fogo, munição, anzóis, etc) no contexto das técnicas correntemente utilizadas para a "atração" de povos isolados.

Cartacterísticas da garimpagem waiãpi

Hoje, os Waiãpi veem o garimpo como uma atividade que deve manter-se exclusivamente controlada por eles, para extrair uma riqueza que também consideram exclusiva do grupo e que eles obtêm da cata e faiscação de ouro aluvionar.

O ouro é nosso, nós vamos trabalhar sozinhos, devagar, porque o ouro não estraga, está guardado em nossa terra (Capitão Waiwai, 1986).

Este argumento tem orientado o desenvolvimento do garimpo indígena ao longo dos últimos anos, Sintetizamos, a seguir, a sequência lógica dos fatores que garantiram o sucesso desta iniciativa.

Controle territorial

Existem atualmente 14 aldeias na AI Waiãpi, contra 4 em 1984. A mudança no sistema de ocupação data de 1985/86, quando vários líderes de aldeia promoveram a volta para um sistema de ocupação disperso, em acordo com os padrões tradicionais de autonomia política, territorial e econômica dos grupos locais, que haviam se aglutinado em grandes aglomerações em torno dos postos de assistência da Funai e de missões evangélicas.

O motor deste movimento, que iniciou justamente com a reocupação dos limites norte (do Mariry para o Inipuku) e sul (do Onça para o Karapanaty) da AI, foi a necessidade de controlar zonas intermitentemente invadidas por garimpeiros. Neste processo, o grupo de Mariry, que já vinha experimentando a garimpagem manual de ouro desde 1982, optou não apenas por ocupar, mas explorar de modo sistemático, as grotas abandonadas pelos invasores. A partir daí, iniciaram por conta própria a pesquisa de novas grotas, levada paralelamente às expedições de fiscalização dos limites da AI. Fiscalização das invasões e pesquisa de ouro tornaram-se duas facetas da mesma estratégia de controle territorial.

Em termos numéricos, pode-se afirmar que, atualmente, um terço da população Waiãpi está envolvida na garimpagem manual de ouro. Mesmo que esta atividade esteja sobretudo controlada pelos grupos de Mariry (cerca de 120 pessoas) e Aramirã (cerca de 50), famílias de outras aldeias tem se agregado temporariamente às equipes que controlam os garimpos da região do Aimã e do Aramirã. Atualmente, a produção média obtida pelos Waiãpi em suas "temporadas" de garimpo, atinge cerca de 10 gramas de ouro por "equipe" (familiar, com 4 a 5 indivíduos de várias gerações e tarefas específicas). Cada "equipe" realiza uma ou duas "temporadas" por ano, permanecendo cerca de 30 dias no garimpo, mas alternando, nesse período, diversas atividades além da garimpagem propriamente dita.

Diferentes grupos locais Waiãpi planejam reativar sua presença nos limites da AI - através da implantação de acampamentos fixos e/ou novas aldeias - em zonas distantes dos atuais centros de habitação. Este plano de ocupação sistemática de zonas estratégicas já está em curso no centro, no sul e no leste da AI.

Ali, os Waiãpi já fizeram pesquisa e selecionaram grotas que consideram promissoras e, sobretudo, encerraram o trabalho de preparação das roças e das novas casas, que garantem a permanência intermitente ou permanente de várias famílias nessas áreas para pelo menos dois anos. Com isso, a perspectiva para os próximos anos é de um aumento sensível na produção dos garimpos já implantados, ao mesmo tempo que se multiplicarão "equipes" novas, que já estão pesquisando locais para implantar novos garimpos/aldeias. Ao que tudo indica, a atividade extrativista dos Waiãpi está se ampliando mais pelo rumo da multiplicação das pequenas unidades produtivas que pela mudança de escala num garimpo que congregaria várias equipes.

Aspectos sociais

Trabalhar no garimpo é menos uma ação coletiva - envolvendo, por exemplo, todos os membros de uma "aldeia" - que uma atividade propriamente familiar. Da mesma forma que os Waiãpi reconhecem como chefe de aldeia o indivíduo que implantou a primeira roça no local, o chefe do garimpo é quem achou e explorou primeiro uma grota. Considerando ainda que, sempre se abre uma roça nas imediações da grota, o dono de um garimpo é sempre, ou antes, o dono de uma roça. E, decorrentemente, como o padrão tradicional de chefia envolve a organização dos trabalhos coletivos na roça, o mesmo ocorre na garimpagem.

O sucesso desta atividade extrativista deve-se principalmente ao equilíbrio que os Waiãpi conseguiram manter entre suas atividades tradicionais de agricultura, caça, pesca, coleta e a extração de ouro. A garimpagem integra-se harmoniosamente ao ritmo do ciclo sazonal de atividades de subsistência; enfatiza a divisão dos segmentos residenciais que mantêm sua autonomia na exploração de grotas específicas; a produção apoia-se nas normas tradicionais de divisão do trabalho, que atribuem tarefas diferenciadas entre homem/mulher, jovens/velhos; a distribuição dos lucros acompanha divisões tradicionais que se perpetuam através das "equipes" no garimpo; etc... É evidente a adaptação bem sucedida desta atividade "nova" depende da manutenção de uma escala que não gere disrupções nas formas tradicionais de relacionamento inter-individual e intercomunitário.

O desafio que o garimpo representa para os Waiãpi relaciona-se com o interesse, manifesto por alguns líderes, de aumentar a produtividade, o que exigiria concentrar as atividades de várias "equipes". Esta questão está sendo amplamente debatida, e os Waiãpi estão conscientes de que melhorias na produção - que só poderiam decorrer da mudança de escala - exigiriam alterações profundas nas formas tradicionais de organização de trabalho e de

distribuição do produto. Até o momento, não estão dispostos à por em risco o equilíbrio que funda sua vida social, a nível interindividual (relações entre membros de uma "equipe", calcadas nas relações entre gerações, entre parentes e afins) e intercomunitário (relações entre "donos" de porções do território, que exploram com exclusividade roças e grotas).

Aspectos técnicos

As atividades de assessoria prestadas aos Waiãpi, através do Programa do CTI, consistem basicamente na orientação dos índios no uso de equipamentos que utilizam em suas atividades de controle territorial, como motores de popa, radiofonia, moto-bombas, geradores. Uma "oficina mecânica" está sendo implantada na aldeia Aramirã para formar, à pedido das comunidades, "mecânicos" que se responsabilizarão pelos motores de suas aldeias. Os Waiãpi sentiram há tempo a necessidade de controlar, de modo mais autônomo, esses meios de transporte e comunicação antes monopolizados pelas agências de assistência.

O programa também inclui a supervisão da pesquisa mineral exclusivamente realizada pelos índios, em locais determinados pelos diferentes grupos locais e/ou familiares que se interessam por esta atividade. Cabe ressaltar que a grande maioria destes locais de "garimpo" haviam sido escolhidos em função das respectivas atividades de controle territorial e portanto se situam nas zonas mais ameaçadas por invasões.

Os Waiãpi também solicitaram orientação no sistema de produção para aperfeiçoar suas técnicas de extração manual de ouro aluvionar, que vinham desenvolvendo sozinhos. É importante lembrar que os índios utilizavam, inicialmente, procedimentos adquiridos com os garimpeiros, com o agravante de não possuírem o instrumental adequado. O sistema era totalmente manual, desde a abertura de cavas, com pás e picaretas, até o beneficiamento em caixa-concentradora rudimentar, transportando água em latas e, também utilizando-se de mercúrio para a limpeza do metal, queimando a liga sem qualquer critério de salubridade.

Como primeira atividade do Programa, este sistema foi debatido com os índios, chegando-se ao consenso em torno de três medidas básicas, já implementadas:

- a eliminação total do uso de mercúrio responsável pela contaminação humana e ambiental;
- a inclusão de um pequeno conjunto de moto-bomba portátil para esgotar as escavações e fornecer água para a caixa concentradora durante a limpeza do cascalho;
- a padronização da caixa concentradora com uso de material leve, de fácil transporte e manuseio, que permita regulagens de acordo com algumas variações das características físicas do minério.

Aspectos ambientais

O lucro monetário que os Waiãpi obtêm através do trabalho no garimpo não é, em absoluto, o único benefício propiciado por esta atividade, que veio se inserir num ciclo muito mais complexo de atividades sazonais desenvolvidas em torno dos garimpos. Como o trabalho no garimpo envolve expedições a longa distância, é óbvio que os Waiãpi aproveitam, numa mesma estadia, todas as possibilidades oferecidas pelo meio: extrativismo mineral e vegetal, agricultura, pesca e caça. Ou seja: pesquisar e/ou extrair ouro representa ao mesmo tempo a oportunidade de inspeccionar fruteiras, trilhas de caça, etc...e de visitar capoeiras, onde são rememorados eventos culturais e históricos importantes para a perpetuação da memória do grupo.

Por outro lado, a ocupação intermitente das zonas de garimpo representa em si mesma uma oportunidade para a recuperação e sobretudo o enriquecimento florestal. A floresta de terra firme ocupada pelos Waiãpi tem, de fato, as características de uma "floresta antropogênica". Ainda relativamente isolada e preservada, caracteriza-se pela diversidade das espécies e reflete o uso e manejo intensivo realizado por esta população amazônica, que promove simultaneamente a diversidade biótica em "ilhas de recursos" (concentração de palmeiras em baixões, alta densidade de castanhais, por exemplo) e práticas de agricultura intensiva e rotativa, modificando a vegetação de forma permanente e resultando em associações vegetais e faunísticas específicas. São muito conhecidas, para demorar-nos neste ponto, as técnicas utilizadas pelos índios para diversificar as espécies vegetais e, conseqüentemente, faunísticas: formação de pupunhais, de açaiçais, diversificação e replantio de árvores frutíferas, barragens em igapós para favorecer a reprodução dos peixes, etc...

Como outras populações amazônicas, os Waiãpi são exímios conhecedores das inúmeras espécies vegetais existentes em seu habitat. Utilizam, tradicionalmente, diversas seivas e resinas com finalidades terapêuticas e tintoriais. Por outro lado, desenvolvem, tradicionalmente, o manejo de palmeiras frutíferas em suas capoeiras (várias espécies de pupunha) e nos baixões que ocupam para atividades de pesca e caça (açai). Há vários anos, vem demonstrando interesse em ampliar estas atividades na forma de um manejo mais sistemático, tanto no que diz respeito às espécies coletadas que plantadas. Iniciaram, em 1993, a extração de copaíba em caráter experimental.

Quando desenvolvidas no quadro da exploração autônoma realizada por pequenos grupos familiares, essas técnicas de manejo ambiental resultam na rápida recuperação das zonas esgotadas conseqüentemente à ocupação humana. E são exatamente essas alternativas que os líderes Waiãpi procuram enfatizar em sua política de dispersão e ocupação sistemática da AI. Em seus discursos, enfatizam que a concentração da população em torno dos postos apenas resultou, além das perdas territoriais decorrentes

das invasões, em fome e doença. A ocupação dispersa em torno dos garimpos levou ao contrário ao reequilíbrio dos recursos florestais, não mais destruídos por invasores mas aproveitados pelo grupo, e à recuperação da biodiversidade de fato promovida pelos donos do território, os Waiãpi (vide box 1).

Aspectos culturais e políticos

As iniciativas dos Waiãpi quanto ao garimpo apoiam-se nas tradições míticas que balizam o destino deste povo. A manipulação ideológica de situações novas, como a que o garimpo propicia, só pode ter sucesso quando se apoia em conteúdos culturalmente significativos. Para os Waiãpi, a iniciativa de assumir o garimpo se construiu e continua se reforçando a partir de um discurso profético condizente com as tradições culturais desta sociedade.

Assim, praticamente todos os aspectos da garimpagem (origem do ouro, estrutura geológica das serras, associação do ouro com determinadas pedras, associação dos veios com espécies vegetais e animais, desgaste do minério, efeitos destrutivos da garimpagem, etc...) são avaliados a partir de elementos da tradição mítica e histórica, constantemente reafirmados pelos líderes para justificar a exclusividade do garimpo indígena (vide box 1).

De acordo com a cosmologia Waiãpi, o ouro garante à terra sua perenidade, condicionando sua rigidez e a temperatura ideal para a perpetuação da vida. Garimpar não constitui uma contradição, justamente porque os Waiãpi se consideram responsáveis pela preservação da terra criada por seus heróis míticos, que lhes destinaram o ouro. Na prática, até o momento, eles tem enfatizado e praticado esta moderação: a garimpagem deve ser realizada de acordo com ritmos e formas que eles consideram apropriadas:

Nós não acabamos com tudo, trabalhamos devagar, deixamos a floresta e os bichos crescer (Kumai, 1987).

Conclusões e recomendações

Se avaliarmos a relação conservação/produção obtida pelos Waiãpi em suas atividades extrativistas, constata-se que a primeira continua tendo peso maior que a segunda, na medida em que propicia uma autonomia política e cultural muito mais significativa e valiosa para os índios que os resultados meramente financeiros de seu trabalho no garimpo. Sua autonomia econômica, aliás, continua basicamente garantida através da manutenção de práticas de subsistência tradicionais (caça, pesca, coleta e agricultura).

A médio prazo os Waiãpi querem encontrar alternativas para cobrir sua pequena - mas crescente - demanda monetária. Para o futuro, desejam também melhorar, com recursos financeiros próprios, os serviços básicos de transporte e comunicação entre aldeias,

indispensáveis para a independência que almejam em suas relações com os brancos e no controle das riquezas de seu território. A solução está portanto em apoiar a iniciativa dos Waiãpi, diversificando as opções de manejo ambiental numa área que eles pretendem conservar para as futuras gerações, garantindo desta forma a preservação de formas sociais e culturais indígenas, que tem mantido intactos esses recursos ao longo de milênios.

Considerando os antecedentes históricos e o contexto regional acima descritos, três aspectos da situação Waiãpi merecem atenção para a avaliação desta experiência:

- 1) Trata-se de uma população em franco aumento demográfico - dobrou nos últimos dez anos - que mantém seus padrões tradicionais de organização sócio-política, caracterizados pela descentralização de grupos locais em áreas de ocupação dispersas. Todas as atividades extrativistas realizadas pelos Waiãpi implicam na implantação de roças/aldeias ou acampamentos fixos nos locais ocupados para o trabalho extrativista, ocupação esta que contribui tanto para a fiscalização territorial quanto para o manejo dos recursos vegetais (plantações de curto prazo e de longo prazo).
- 2) Apesar dos interesses de garimpeiros e mineradoras em aceder ao potencial mineral da AI Waiãpi, os índios conseguiram manter esta área totalmente livre de invasões nos últimos cinco anos.
- 3) A continuidade do controle indígena sobre suas terras só pode ser garantido através de ações que visem não apenas a preservação ambiental mas o manejo sustentado do potencial vegetal, faunístico e mineral da área, tanto para a subsistência como para a comercialização.

As intervenções implementadas conjuntamente à comunidade Waiãpi visam atender suas expectativas quanto à diversificação de atividades extrativistas que resultem em excedentes comercializáveis. Este programa não se limita, portanto, à instrumentalização da produção de ouro aluvionar, que constitui apenas uma primeira etapa. O sucesso das etapas subsequentes depende de vários fatores, em particular da avaliação das alternativas de mercado e da capacitação dos índios em comercializar, por conta própria, uma maior variedade de produtos extrativistas. Na etapa atual do programa, há uma aparente desproporção entre o investimento - em termos de equipamentos e de assessorias antropológica, geológica e pedagógica para a orientação técnica das atividades realizadas pelos índios - e o produto comercializável obtido até o momento. Cabe ressaltar, mais uma vez, que se trata de investimentos voltados sobretudo para a instrumentalização dos índios que esperam, como resultado do programa, poder controlar de modo mais autônomo, processos de manejo não-destrutivos, nem do ponto de vista social nem ambiental.

No quadro das experiências recentes acompanhadas pelo CTI, o caso Waiãpi é mais um exemplo que evidenciam o interesse de comunidades indígenas no desenvolvimento de atividades economicamente rentáveis (*vide box 2*). A experiência dos Waiãpi comprova, por outro lado, que no caso do extrativismo, os índios interessam-se sobretudo em desenvolver atividades em pequena escala mas diversificadas, que sejam compatíveis com os recursos específicos de seus territórios, e que estejam em acordo com técnicas de produção não-predatória que eles possam controlar diretamente, garantindo-lhes assim não apenas a quebra das relações de dependência impostas pelo modelo anterior, como uma efetiva melhoria na sua qualidade de vida.

São Paulo, 26.06.1993

Box 1:**O significado do ouro, na cosmologia Waiãpi**

A apropriação exclusiva dos minérios contidos em seu território reivindicada pelos Waiãpi funda-se em tradições mito-cosmológicas que sustentam sua concepção da origem e do destino da humanidade. As associações simbólicas entre ouro e pedra, frieza e secura da terra, relacionam-se com sua visão do cataclisma que ciclicamente destrói a terra quando esta se tornar "podre". Nesse contexto, os Waiãpi se consideram únicos responsáveis pela preservação do ouro no fundo da terra, onde foi colocado pelo criador mítico *Janejar* para evitar o desmoronamento das montanhas e a consequente inundação que aniquilará a humanidade (ver Gallois, 1989, 1991).

O ouro é dos Waiãpi. É parte da terra dos Waiãpi. Nós entendemos de ouro, sabemos extraí-lo, à nosso modo.

Quando todo o ouro for retirado, a terra irá queimar. Tudo será lama, tudo desmoronará. As montanhas cairão. Não se deve retirar todo o ouro da terra. Quando isto acontecer, virá o dilúvio. A terra reagirá, quando se extrair todo seu ouro, quando os brancos tiverem arrancado tudo, tudo desmoronará, as árvores cairão, o dilúvio encobrirá a terra. Todos iremos desaparecer, não haverá ninguém (Waiwai, 1989).

*Antigamente, no início dos tempos, não havia ouro na terra. Quando ela foi criada, não existia. A primeira terra queimou e foi inundada pelo dilúvio. Então, *Janejar* refletiu. Não existiam pedras, poucas, restos de pedra. Ele refletiu e colocou o ouro para endurecer a terra. Foi ele quem criou.*

Nós extraímos pouco ouro. Não esgotamos o minério, não desperdiçamos. Nós tiramos somente pouco ouro, deixamos outras grotas intactas. Não fazemos como os brancos. Eles trabalham aqui, outro ali, outro ali. Acabam num lugar e logo vão trabalhar adiante. Não trabalhamos assim, não abrimos todas as grotas, não estragamos, trabalhamos devagar.

Os garimpeiros não fazem assim. Eles cavam fundo, tudo vira lama, sujam um igarapé, depois outro, derrubam todas as árvores. Com motores, com máquinas que fazem desmoronar a floresta. É com aquilo que eles extraem ouro, que derrubam pupunhais. A terra fica quente, podre, o sol esquenta. Tudo acabará (Waiwai, 1991).

Box 2:**Diretrizes dos programas de manejo ambiental do Centro de Trabalho Indigenista****Demarcação e controle territorial**

Entendemos que o objetivo a ser atingido - a integridade ambiental de uma área indígena - só é alcançável através do domínio e do conhecimento, por parte das próprias comunidades, das ameaças que pesam sobre seus territórios. Nesta perspectiva, o conceito de "controle territorial" envolve não apenas ações de competência governamental, mas o apoio direto às atividades de vigilância e fiscalização efetuadas pelos próprios índios.

A demarcação de terras indígenas é uma ação administrativa de proteção, que não esgota a efetiva garantia dessas terras. O reconhecimento oficial, a defesa judicial e o controle exercido pela própria comunidade representam três níveis de intervenção quase sempre dissociados. Tal dissociação reforça uma concepção errônea à respeito da suposta "perenidade" dos atos físicos de demarcação. É evidente que os limites demarcatórios só podem ser mantidos em caráter permanente através da intervenção e controle direto dos grupos indígenas. Inúmeras vezes, os índios se anteciparam às ações governamentais na defesa de zonas ameaçadas de seus territórios, expulsando e sobretudo ocupando de forma estratégica as porções de suas terras ameaçados de invasão. Quando isto não ocorre, é muitas vezes devido à intervenções de caráter excessivamente paternalistas, que desestimulam as iniciativas de controle indígena e/ou se recusam à instrumentalizar - através de atividades de formação e informação - a responsabilidade que os índios tem na proteção de suas terras.

Assim, o controle territorial, em seu sentido pleno, implica necessariamente na **ocupação** e no **uso** desse território pela comunidade indígena, de acordo com calendários e formas de manejo específicas, que envolvem tanto aspectos sociais e políticos, quanto econômicos e rituais.

Alternativas de desenvolvimento autosustentado

A situação atual dos povos indígenas no Brasil e suas perspectivas de futuro demonstram a estreita interdependência entre os níveis econômicos, políticos e ecológicos. Esta interdependência exige que os programas de proteção das terras indígenas priorizem a implementação de alternativas de desenvolvimento, sem as quais essas áreas continuarão sendo depredadas de acordo com o modelo de exploração vigente no restante da Amazônia. Tais programas devem garantir as melhorias na qualidade de vida que esses povos vem buscando e que, em alguns casos, os levaram a aceitar modelos exôgenos de exploração destrutiva.

Se já ficou comprovado que a proteção dos territórios indígenas depende da manutenção e do apoio às estratégias tradicionais de ocupação, o aproveitamento autosustentado dos recursos naturais, por sua vez, só pode ser garantido a longo prazo na medida em que os índios forem instrumentalizados para fazer valer suas formas de aproveitamento não-predatório desses recursos. Por esta razão, qualquer programa com esta finalidade implica em romper com modelos de exploração impostos às comunidades, e criar espaços competitivos para a comercialização dos produtos obtidos de acordo com técnicas de manejo tradicional e com apoio de técnicas alternativas não-destrutivas.

Nesse sentido, os programas de desenvolvimento autosustentado devem equacionar as necessidades de cada comunidade com as possibilidades de aproveitamento dos recursos oferecidas por seu território. Só representarão, para os índios, uma efetiva melhoria de suas condições de vida e autonomia econômica na medida em que se constituírem em efetivas alternativas aos projetos de "desenvolvimento" habitualmente implantados através do incentivo de atividades econômicas, tradicionais ou não, que são impostas aos grupos indígenas pela sociedade nacional.

A avaliação comparativa dos produtos tradicionalmente comercializados pelos índios e de eventuais alternativas deve resultar de levantamentos e mapeamentos agro-ecológicos consistentes. A necessidade de uma pesquisa ambiental aprofundada é portanto um dos pressupostos essenciais à implantação de qualquer programa, acoplando-se os resultados de pesquisas interdisciplinares ao planejamento de atividades adaptadas à cada região.

As atividades econômicas historicamente impostas aos grupos indígenas resultam da seleção exôgena de produtos agrícolas e extrativos valorizados pela sociedade regional que, em troca, impõe aos índios suas próprias necessidades (consumo de sal, açúcar, roupas,...). Não cabe aqui detalhar, senão reiterar, avaliações já amplamente divulgadas sobre o fracasso desses projetos ditos "produtivos", por exemplo, monoculturas de arroz, de pimenta, de milho ou de outros produtos cultivados com insumos artificiais, ou da venda de artesanato a nível regional, reconhecidamente não compensador. Os custos sociais e políticos muito altos pagos pelas comunidades indígenas nessas relações de troca desiguais nunca foram compensadas pela comercialização de produtos saturados, de baixo preço no mercado local e regional e cujo cultivo interfere negativamente nas atividades tradicionais das comunidades.

Dificuldades intrínsecas ao planejamento de programas de desenvolvimento comunitário podem ser contornadas. Vale a pena mencionar, por exemplo, o risco de dirigir o esforço de uma comunidade para a produção de um excedente comercializável quando significa subtrair este esforço da manutenção equilibrada de sua organização sócio-política e de sua vida cerimonial. A seleção de alternativas de produção adequadas à cada região deve

compatibilizar tanto a produção como a comercialização com as formas de divisão e organização do trabalho, considerar as implicações sócio-políticas e sua articulação ao sistema de ocupação territorial, etc... Devem ser buscadas formulas que garantam a valorização do ethos tribal, o efetivo controle territorial e por consequência, o estabelecimento de relações de troca mais justas com a sociedade regional e nacional.

(Texto extraído do Programa do CTI para o Manejo Não-Predatório e a Preservação Ambiental de Áreas Indígenas na Amazônia Brasileira - 1992).

Notas

(*) Docente do Departamento de Antropologia da USP e assessora do Centro de Trabalho Indigenista.

(1) O Centro de Trabalho Indigenista, organização não-governamental sem fins lucrativos fundada em 1977, iniciou este programa entre os Waiãpi graças ao apoio do Fundo Nacional de Meio Ambiente/SEMAM, e está atualmente dando continuidade aos trabalhos com apoio do Programa de Preservação das Florestas Tropicais da Comunidade Européia/CEE. A assessoria antropológica, pedagógica e técnica (nas áreas de geologia e engenharia florestal) prestada aos Waiãpi no quadro deste programa tem como metas: 1) Desenvolver atividades de controle ambiental e manejo não-predatório dos recursos da floresta tropical, através de um programa de diversificação do extrativismo vegetal e mineral tradicionalmente realizado pelos Waiãpi; 2) Garantir aos índios Waiãpi autonomia na exploração exclusiva dos recursos de seu território, através do aproveitamento econômico desses recursos, de forma condizente à suas formas de organização social e política; 3) Manutenção da integridade da floresta tropical, incluindo a recuperação ambiental das áreas degradadas em consequência de garimpos predatórios (limite norte e sul da área) e implantação de medidas restritivas à ocupação predatória no entorno da AI Waiãpi.

(2) Antes de serem localizados pela frente de atração da FUNAI - que chegou na região do Amapari no contexto da construção da Rodovia Perimetral Norte - os Waiãpi experimentaram a convivência com garimpeiros que provocou a morte de cerca de 40 pessoas, em consequência de uma epidemia de sarampo, propagada nas aldeias do sul da área.

(3) As empresas que registraram requerimentos de pesquisa naquelas áreas são a Mineração Itajary e a Inter-minerações Ltda (Prosig/DNPM, 1991).

Referências bibliográficas

Gallois, D.Tilkin - Waiãpi - in: Povos Indígenas no Brasil, vol.3, PIB\CEDI, São Paulo, 1983.

- Os Waiãpi e os garimpos - in: Aconceteu Especial Povos Indígenas no Brasil/1985, PIB\CEDI, São Paulo, 1985.

- O discurso Waiãpi sobre o ouro: um profetismo moderno - Revista de Antropologia, vol.30/31/32, São Paulo, 1989.

- L'or et la boue: cosmologie et orpillage Waiãpi - Ethnies, Paris, 1991.